

***OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O ATIVISMO NO BRASIL
NO EMBATE COM O GOVERNO DE EXTREMA DIREITA
DE JAIR BOLSONARO***

Eliani de Fátima Covem Queiroz*

Os movimentos sociais no Brasil, depois de conquistarem espaço no atendimento de várias pautas de políticas sociais importantes para diversos segmentos na última década, prenunciam um recrudescimento no atual governo do presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018 para um mandato de quatro anos. Declaradamente de orientação política de extrema direita¹, o presidente, logo depois da

* Professora do curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, com doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

¹ O termo extrema direita, para Löwy (2015), pode ser dividido em três tipologias: 1. Partidos de caráter fascista e/ou neonazista. 2. Partidos semifascistas, ou seja, com raízes e fortes componentes fascistas, mas que não podem ser identificados com o padrão fascista clássico. Suas lideranças atuais tentam “modernizá-los”, apresentando uma imagem mais “respeitável”, por exemplo, substituindo antissemitismo por

posse, tomou medidas que prejudicaram vários segmentos sociais e de minorias no país, representadas por diversos movimentos sociais, na perda de direitos conquistados e limitações de espaço de atuação. No entanto, lideranças desses movimentos estão em um embate com o governo contra as restrições impostas, de luta pela permanência de direitos e no avanço de novas políticas sociais.

São muitos os exemplos de como os movimentos sociais contribuíram para a consolidação de direitos essenciais no país. Foi por meio do trabalho ativista de dezenas de movimentos e associações que o Brasil conquistou leis como a do combate ao racismo e de enfrentamento à violência contra as mulheres; políticas públicas como o seguro desemprego e o financiamento estudantil; programas de combate ao desmatamento e de proteção aos animais; a Lei

“islamofobia”. Contudo, considera-se o conceito de “populismo” como inadequado para caracterizar esses partidos. 3. Partidos de extrema-direita que não possuem origens fascistas mas possuem componentes idênticos como racismo, xenofobia, retórica anti-imigrante e islamofobia (LÖWY, 2015). No Brasil, os setores mais extremados incluem três vertentes principais, que são o libertarianismo, com o menor Estado possível, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo (MIGUEL, 2018). *Movimentos Sociais*. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

Antifumo e a Lei da Ficha Limpa, esta última que surgiu da iniciativa da sociedade civil para combater a corrupção nas mais diferentes esferas no país (ASHOKA BRASIL, 2018).

Nesse sentido, pretende-se desenvolver neste texto, a partir de revisão bibliográfica, algumas trajetórias dos movimentos sociais no Brasil e no mundo na última década, as ameaças que esses movimentos têm sofrido a partir da posse do governo de Jair Bolsonaro e a luta dos ativistas e líderes dos movimentos contra medidas antidemocráticas e repressivas.

Algumas trajetórias dos movimentos sociais na última década

Ao contrário de situações que levaram diversos povos às insurreições² e revoluções³ ao longo da

² Insurreição é definida como revolta; ação de insurgir, de se opor contra uma ordem preestabelecida ou determinada (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2015).

³ Decouflé (1970, p. 13) traz as acepções de Littré para definir revolução como “mudança nas coisas do mundo, nas opiniões. Mudança brusca e violenta na política e no governo de um Estado [...]. De maneira abstrata, a revolução, sistema de opiniões compostas de hostilidade ao passado e de busca de um novo porvir, por oposição ao sistema conservador”. Decouflé (1970, p. 15) cita ainda a definição de Rappoport, na *Encyclopédie Socialiste*, quando afirma que “a revolução [...] é uma transformação radical ou fundamental, uma

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

história, na atualidade, as novas contradições sociais – provocadas pela entrada em cena do novo regime de acumulação, o integral⁴, entrelaçado com as teias do neoliberalismo –, não estão restritas apenas aos conflitos de classe. As diversas demandas emergentes desse novo contexto fizeram com que grupos de pessoas se unissem em causas comuns, configurando-se em movimentos sociais (COVEM, 2017).

A partir de 2011, delimitação de tempo escolhida pela autora para este trabalho, os movimentos sociais assumiram uma nova configuração, com os grandes protestos que aconteceram em vários países, inclusive no

mudança de regime, de direção, de princípio. A revolução é um ato de emancipação humana e social”.

⁴ De acordo com Viana (2009), o capitalismo passou por diversos regimes de acumulação na Europa Ocidental e demais países imperialistas: depois da acumulação primitiva do capital, ocorreu o regime de acumulação extensivo, iniciado no período da revolução industrial até o final do século XIX; depois veio o regime de acumulação intensivo, que ocorreu do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial; na sequência, veio o regime de acumulação intensivo-extensivo, vigente a partir do Pós-Segunda Guerra Mundial até o final do século XX; chegando ao regime de acumulação integral, com início no final do século XX e que dura até a atualidade. Com o regime de acumulação integral, houve a queda do nível de vida e renda, inclusive em países considerados ‘desenvolvidos’, e o aumento da miséria, pobreza, violência e criminalidade.

Brasil, dando visibilidade à insatisfação popular em relação às demandas não atendidas pelo poder público, aos reflexos da globalização, à atual face do neoliberalismo e do capitalismo integral. Com isso, os movimentos sociais passaram a exercer na sociedade o contrapoder, utilizando como ferramenta, sobretudo, as redes sociais da Internet para denunciar os casos de exclusão social, agendar protestos e transmitir em tempo real o que acontece nas manifestações. Essas novas modalidades de práticas contribuíram para que esses movimentos tivessem mais visibilidade e também ganhassem mais adesão às causas defendidas por eles.

Em fevereiro de 2011 a onda de indignação chegou à Europa, com o movimento Indignados da Espanha, que irrompeu principalmente por causa do desemprego, com uma taxa de 22%, sendo de 47% entre os jovens. Nos Estados Unidos, os ativistas, a maioria jovem, criou o *Occupy Wall Street*, em setembro de 2011, movimento de contestação contra o sistema financeiro, que chegou à beira do colapso em consequência da especulação e da ganância de seus administradores (COVEM, 2017).

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

No Egito os protestos duraram 18 dias, finalizando no dia 11 de fevereiro de 2011 com a renúncia do presidente Hosni Mubarak a um governo que já durava 30 anos. Os ativistas reivindicavam a saída do presidente, a realização de eleições parlamentares e o fim da pobreza e da repressão. Em 2012, dezenas de milhares de manifestantes foram às ruas de Nova York, Moscou, Atenas, Frankfurt e Londres para protestar contra medidas de austeridade e a crise econômica (COVEM, 2017).

Habermas (2018) faz uma leitura destes protestos realizados em vários países. Para o autor, nos últimos dez a vinte anos, desenvolveram-se conflitos nas sociedades avançadas do Ocidente que, em muitos aspectos, se afastam do padrão do estado de bem-estar social de conflito institucionalizado sobre a distribuição. Esses novos conflitos não surgem mais em áreas de reprodução material; eles não são mais canalizados por meio de partidos e organizações e, por isso mesmo, não podem ser resolvidos por compensações que estão em conformidade com o sistema. “Pelo contrário, os novos conflitos surgem em áreas de reprodução cultural, integração social e

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

socialização. Eles se manifestam em forma de protestos subinstitucionais e extraparlamentares” (HABERMAS, 2-18), p. 167).

Retomando o histórico das manifestações, a influência das insurreições ocorridas em outros países chegou ao Brasil, contribuindo para levar milhares de pessoas a protestarem nas ruas de várias cidades brasileiras em junho de 2013. As manifestações foram motivadas, em um primeiro momento, como protesto contra o reajuste do preço da tarifa do transporte coletivo em Teresina, Goiânia, São Paulo e em outras capitais. Outras demandas não atendidas somaram-se ao coro dos manifestantes e os atos de indignação cresceram em volume de ativistas e em espaços ocupados. Em muitas cidades os manifestantes conseguiram anular o reajuste da passagem (COVEM, 2017).

As manifestações foram lideradas por jovens e estudantes, tanto expressando um descontentamento com diferentes aspectos da realidade nacional, sobretudo com a gestão política, como contra atos de corrupção. O descompasso entre representantes e representados

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

delineava uma ausência de alinhamento entre os políticos e o povo, acirrando a contradição social (FERNANDES; ROSENO, 2013).

No transcorrer de 2013, 2014 e 2015 diversos estudantes foram presos durante as manifestações no país, em claros atos de criminalização dos movimentos sociais. Criminalização que foi materializada com a aprovação da Lei Antiterrorismo pela Câmara dos Deputados no dia 24 de fevereiro de 2016. O projeto representa um grave retrocesso à democracia, para as organizações de direitos humanos, porque – sob a justificativa de proteger o país –, criminaliza movimentos sociais, organizações e ativistas que lutam por direitos. A abrangência na definição de terrorismo e as penas muito severas a condutas já previstas pelo Código Penal são os pontos mais polêmicos que ferem os direitos democráticos de livre manifestação (CONNECTAS, 2016).

Apesar de toda efervescência causada pelas manifestações que tomaram as ruas do Brasil nas jornadas de junho de 2013, após essa data, o movimento entrou em refluxo. Com um maior paramento repressor do Estado e a

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

progressiva criminalização dos movimentos sociais, os protestos foram diminuindo paulatinamente, ocorrendo em época de reajuste de tarifa em cada capital e Estado brasileiro, porém reunindo um contingente menor de pessoas e não angariando novas conquistas.

No entanto, todas as mobilizações que ocorreram na época, segundo Bringel (2013), podem gerar novas convergências dentro de polos críticos da esquerda, uma necessária autocrítica de muitos grupos sociais progressistas, uma maior especialização das reivindicações sem que por isso se convertam necessariamente em demandas corporativas, uma maior politização da população e de alguns grupos que, paradoxalmente, definiam-se inicialmente como apolíticos. Isso porque houve uma experiência compartilhada, que teve um caráter pedagógico, de politização, de geração de identidades, de recriações de práxis e horizontes utópicos.

Nesse sentido, os ganhos políticos também devem ser contabilizados, pois, de acordo com Gramsci (2002, p. 69), “o fundamento de toda atividade crítica, portanto, deve se basear na capacidade de descobrir a distinção e as

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

diferenças por baixo de toda superficialidade e aparentemente uniformidade e semelhança”.

Dessa forma, o contexto histórico social do país pós-jornadas de 2013 apontou para situações que foram alvo de protestos e que ainda não tiveram solução, como a existência de planos urbanos meramente estéticos, polifonia dos meios de comunicação tradicionais, falta de lisura nos gastos governamentais, necessidade de ampliação da esfera pública e de enfrentamento ao mercado neoliberal voraz, além das tradicionais barreiras ao direito de ir e vir, ao direito amplo e irrestrito de habitar e de viver a cidade (RIBEIRO, 2013).

Embora mudando a natureza e o contexto dos protestos, no dia 30 de setembro de 2018, milhares de mulheres em 114 cidades saíram às ruas para protestar contra o candidato do PSL, Jair Bolsonaro, no movimento conhecido como #elenão. A manifestação foi convocada pelas redes sociais, por eleitoras críticas ao candidato. Também ocorreram atos em diferentes cidades do mundo, como Nova York, Lisboa, Paris e Londres.

Na França, em 2018, manifestantes foram às ruas de diversas cidades e em Paris para protestar contra o aumento do preço do combustível, no ato conhecido como protesto dos coletes amarelos, forçando o governo a recuar nos aumentos previstos.

No Equador os protestos iniciaram no dia 3 de outubro de 2019, dois dias depois de o presidente Lenín Moreno ter implementado por decreto medidas econômicas e reformas trabalhistas que integram exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Equador tomar empréstimos de mais de US\$ 4 milhões. A medida econômica que gerou mais resistência social foi o fim do subsídio à gasolina e ao diesel, instituído pelo decreto presidencial 883, não apenas pelo impacto direto no custo do transporte público e dos produtos de primeira necessidade, mas por seu significado político. Os movimentos sociais no Equador, especialmente os indígenas, têm uma longa história de defender os subsídios aos combustíveis e ao gás de uso doméstico por meio de mobilização social. Com os protestos, o governo decretou toque de recolher. Depois de 11 dias de protestos, o decreto

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

883 foi suspenso e uma comissão formada pelo movimento indígena e o governo elaborariam um novo decreto (ACOSTA, 2019). No entanto, estas medidas não afastam a possibilidade da ocorrência de novos protestos.

No Chile as manifestações de protesto começaram em outubro de 2019, contra o aumento de 3,75% na tarifa do transporte público de Santiago, o que levou a manifestações de estudantes secundaristas, nos dias 17 e 18 de outubro de 2019, as chamadas “evasiones”, com grupos de estudantes pulando a catraca do metrô como forma de protesto. Com a repressão aplicada ao movimento dos secundaristas e a falta de recuo do protesto, as manifestações ganharam um volume maior e mais generalizado, com mais de um milhão de pessoas nas ruas, incluindo novas pautas, com a depredação de bens públicos e privados. Mesmo depois de o aumento ter sido revogado, os protestos em massa seguiram, assim como as medidas de emergência tomadas pelo governo: o Estado de Emergência no dia 18 de outubro de 2019 e o Toque de Recolher na maior parte do país nas noites da semana seguinte a esse dia (SILVEIRA, 2019). Em dezembro de

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

2019 completavam mais de 50 dias de uma crise política e social considerada a mais importante das últimas três décadas no Chile, sem previsão de ser solucionada.

O presidente da Bolívia, Evo Morales, ignorou um referendo popular que o impedia de concorrer a um quarto mandato, saiu candidato e venceu em primeiro turno (SANCHES, 2019). Houve protestos nas ruas, tanto de apoio a Evo como contra o presidente. Evo Morales renunciou no dia 12 de novembro de 2019 e a senadora Jeanine Áñez se auto denominou presidenta interina, afirmando que convocará novas eleições. No entanto, os conflitos continuam.

No dia 6 de dezembro de 2019 a estudante sueca Greta Thunberg, juntamente com a índia brasileira Sônia Guajajara e o ator espanhol Javier Bardem lideraram as manifestações nas ruas de Madri, com a participação de quinhentas mil pessoas, para exigir que os líderes políticos ajam contra o aquecimento global. O ato ocorreu antes da reunião da Cúpula do Clima da ONU – COP25, prevista para o dia 13 de dezembro, que reuniu em Madri chefes de estado, movimentos sociais, ativistas e ambientalistas de

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

quase 200 países. Greta tornou-se um símbolo dos movimentos sociais ambientalistas no mundo e tem arrastado multidões para a causa climática em todos os países por onde passa, sobretudo a partir de 2019. A estudante começou a protestar em 2008, quando numa sexta-feira faltou à aula e foi para a porta do parlamento sueco, em Estocolmo, com uma placa com os dizeres “greves escolares pelo clima”.

O movimento social ambiental contemporâneo é analisado por Habermas (2018), ao afirmar que existe um novo núcleo do conflito potencial, que são o movimento juvenil e alternativo, pelo qual a crítica do crescimento fundada na preocupação ambiental e com a paz se convergem. Para o autor, dialogando com Raschke (1980) mesmo que superficialmente, esses conflitos podem ser entendidos como uma resistência às tendências de colonização do mundo da vida.

Dessa forma, o movimento contra o aquecimento global que agrega mais pessoas jovens, coaduna com que Habermas (2018) analisa, quando defende que os objetivos, atitudes e comportamentos predominantes nos grupos de

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

protesto juvenil podem ser compreendidos como reações a situações problemáticas específicas, que são os chamados problemas verdes, entre eles a ampla intervenção industrial no equilíbrio ecológico, a escassez de recursos naturais não renováveis e o grave problema do desenvolvimento demográfico presente em sociedades industrialmente desenvolvidas.

No entendimento do autor, esses desafios são, em sua maioria, abstratos e requerem soluções técnicas e econômicas que devem ser planejadas globalmente e implementadas por meios administrativos. Habermas (2018), no entanto, considera que o que provoca o protesto é a visível destruição do ambiente urbano, a destruição do mundo rural pela industrialização, poluição e o inadequado planejamento residencial, danos à saúde devido a efeitos colaterais da civilização-destruição, práticas farmacêuticas, entre outros.

No Brasil, nos meses de maio a agosto de 2019, os principais protestos foram liderados pelos estudantes, contra o corte de verbas para a Educação, que levaram milhares de pessoas às ruas das principais cidades do país.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

Para Habermas (2018) é difícil, na atualidade, com a rápida mudança de cenário, agrupamentos e temas, classificar o potencial atual para protesto. Na medida em que esses núcleos organizacionais formam partidos ou associações, os ativistas são recrutados na mesma reserva difusa. O autor cita algumas denominações que são atualmente usadas para identificar as várias tendências desses movimentos na República Federal Alemã:

o movimento antinuclear e ambiental; o movimento pela paz (abrangendo o conflito norte-sul); o movimento de ação dos cidadãos; o movimento alternativo (que compreende cenários urbanos com posseiros e projetos alternativos, bem como as comunidades no país); minorias (idosos, homossexuais, pessoas com deficiência, etc.); o cenário psicológico de grupos de ajuda e seitas juvenis; fundamentalismo religioso; o movimento do protesto tributário; associações de protestos de pais de alunos; resistência a “reformas modernistas”; e, finalmente, o movimento das mulheres. Além disso, os movimentos de independência lutando por autonomia regional, linguística cultural ou religiosa também são de significância internacional (HABERMAS, 2018, p. 4).

Dessa forma, o autor indica que existe uma linha de conflitos entre, por um lado, o centro formado pela classe

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

diretamente envolvida no processo de produção e interessada na manutenção do desenvolvimento do capital como base para o compromisso do *welfare state* e, por outro lado, uma mistura de grupos da periferia. Nos últimos estão aqueles grupos que estão mais distantes do núcleo produtivista de desempenho (HIRSCH, 1980) “nas sociedades de capitalismo tardio, que seriam mais sensíveis à complexidade das consequências autodestrutivas do crescimento, ou que estão mais seriamente afetadas por elas” (HABERMAS, 2018, p. 170).

Medidas de restrição ao ativismo dos movimentos sociais brasileiros

A partir da posse do então presidente eleito do Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, ocorrida no dia 1 de janeiro de 2019, várias medidas foram tomadas que cerceiam a liberdade de ação dos movimentos sociais. Nas primeiras semanas de governo, em janeiro de 2019, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) foi extinta no Ministério da Educação. No lugar da Secadi foi criada a Secretaria de Modalidades Especializadas, com diretorias para tratar das

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

peças com deficiência, indígenas e quilombolas. No entanto, a coordenação de ações destinadas à diversidade sociocultural não faz parte da nova pasta (LELLIS, 2019). Teme-se, ainda, que o diálogo com os movimentos sociais desses segmentos não aconteça como ocorria nas gestões anteriores.

De acordo com o autor, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos não possui mais a inserção da sigla LGBT, substituída pela expressão minorias sociais. Novamente sinalizando uma ruptura de conversa com os movimentos sociais deste segmento. Também na primeira semana de governo, dois conselhos ligados à Presidência da República foram extintos: o de Desenvolvimento Econômico e Social e o de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Foi realizada ainda a desvinculação do órgão indigenista especializado, a Fundação Nacional do Índio, Funai, do Ministério da Justiça (MJ). Por meio da Medida Provisória (MP) 870/19 e do Decreto 9673/19, o governo retirou a vinculação da Funai junto ao MJ e a vinculou ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

(LELLIS, 2019). No entanto, A Câmara votou a Medida Provisória 870/19, com a Funai saindo do Ministério dos Direitos Humanos e voltando para o Ministério da Justiça, reincorporando a responsabilidade pela demarcação de Terras Indígenas que tinha perdido para o Ministério da Agricultura (CLIMAINFO, 2019).

Buzatto (2019) cita que são recorrentes os discursos do próprio Presidente da República, de ministros de Estado e de outras autoridades federais com ataques generalizados aos movimentos sociais. O secretário de Assuntos Fundiários, do Ministério da Agricultura, Luiz Antônio Nabhan Garcia, em entrevista a uma revista de circulação nacional, atacou o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), ameaçou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) com a possibilidade de o governo ingressar com ações criminais contra as entidades ligadas à Igreja Católica, e acusou os pequenos agricultores de corrupção, ao posicionar-se contra o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

Reservas extrativistas têm sofrido ataques de madeireiros no novo governo. A Reserva Extrativista

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

Guariba-Roosevelt, Resex, em Colniza, a 1.042 quilômetros de Cuiabá, foi criada em 1996 e sempre enfrentou a pressão de ruralistas da região. Em 2017, por exemplo, ela foi extinta por decreto pela Assembleia Legislativa, decisão anulada pela Justiça. Mas no governo Bolsonaro a perseguição aumentou. A posse do presidente de extrema direita coincidiu com o aumento nas invasões para a retirada ilegal de madeira, além da intensificação das ameaças e tentativas de ataque. Houve um aumento do desmatamento no entorno e invasões na reserva para desmate e queimadas (BORGES, 2019).

Povos indígenas também sofrem perseguição de mineradores e madeireiros, com assassinato de índios e invasão de terras. No dia 1 de novembro de 2019 o indígena Paulo Paulino Guajajara foi assassinado à tiros na Terra Indígena Araribóia, na região de Bom Jesus das Selvas, entre as aldeias Lagoa Comprida e Jenipapo, no Estado do Maranhão. Um madeireiro também morreu na troca de tiros. A Terra Indígena Arariboia é composta por etnias indígenas Ka'apor, Guajajaras e Awá-Gujás. As três tribos fazem parte de um grupo chamado “Guardiões da Floresta”,

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

formado com o objetivo de proteger a natureza. Os guardiões evitam invasões de madeireiros e incêndio. Durante uma ronda na terra indígena, foram encontrados acampamentos de madeireiros e veículos usados para transportar madeira (REDAÇÃO G1, 2019).

O embate dos ativistas e dos movimentos sociais

Diante das medidas tomadas pelo governo de Jair Bolsonaro, movimentos sociais começaram a se articular para a defesa de políticas sociais conquistadas. Também observatórios importantes acompanham as mudanças e novas ações do governo federal, como o De Olho nos Ruralistas, Observatório do agronegócio no Brasil⁵.

Uma das ações de enfrentamento e resistência realizada em janeiro de 2019 foi a da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que buscou a via judicial para tentar evitar a perda de autonomia da Funai. A Apib entrou com uma representação no Ministério Público Federal para

⁵ De acordo com descrição no site, “De Olho nos Ruralistas é um observatório jornalístico sobre o agronegócio no Brasil. Em foco, os impactos sociais e ambientais e o poder político e econômico dos ruralistas. A produção do portal e dos boletins diários (sobre Ambiente, Agronegócio, Comida e Conflitos) é mantida pelos assinantes” (2019). Site: <https://deolhonosruralistas.com.br/>
Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

tentar reverter a medida. Também as organizações indígenas do Acre protocolaram no dia 7 de janeiro de 2019 no Ministério Público Federal uma ação questionando outra proposta do governo federal, que pretende abrir as terras indígenas para a exploração agropecuária. A ação também questiona a reestruturação ministerial. Líderes indígenas do Amazonas divulgaram uma carta ao presidente, em protesto contra as mudanças (FUHRMANN; BASSI, 2019).

Os protestos também ganharam as ruas. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) realizou o primeiro ato por moradia no governo de Jair Bolsonaro no dia 29 de janeiro de 2019. O coordenador do MTST, Guilherme Boulos considera grave o fim do Ministério das Cidades, que foi para a pasta do Ministério da Infraestrutura. Na manifestação, Boulos cobrou respostas do governo federal sobre o déficit habitacional no país, estimado em 6 milhões de unidades habitacionais. Segundo o MTST, o ato reuniu mais de 10 mil pessoas (PINA, 2019).

Diversas nações dos Povos Indígenas realizaram ações em todo o país, no dia 31 de janeiro de 2019, para

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

denunciar retrocessos nos direitos dos povos originários e ameaças contra seus territórios. Com o slogan "Sangue Indígena, Nenhuma Gota a Mais", foram realizados mais de 50 protestos em diferentes pontos do país, incluindo Estados como São Paulo, Pará, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará, Goiás, Amapá, Rio de Janeiro e Bahia (BRASIL 247, 2019).

Em 24 de junho de 2019, a Polícia Civil de São Paulo cumpriu 17 mandados de busca e apreensão, além de nove mandados de prisão temporária, sendo que quatro deles foram efetivados. No dia 11 de julho outras 19 lideranças foram denunciadas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e tiveram mandados de prisão expedidos, entre elas a coordenadora da Frente de Luta por Moradia (FLM), Carmem Silva, acusada de extorsão e agressão que, no entanto, não havia provas (GOMES, 2019).

Gomes (2019) relata que o Coordenador da Central de Movimentos Populares (CMP), o advogado Benedito Barbosa, afirma que o processo de criminalização de movimentos sociais não começou com as prisões de

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

lideranças e não se resume a isso. Foi um movimento mais amplo. Por exemplo, foram cem dias tentando evitar que outras pessoas fossem presas e para garantir a liberdade de quem estava detido. Barbosa considera que as diversas organizações e instituições que defendem os direitos humanos devem atuar de forma coordenada, para que se consiga barrar esse processo de criminalização dos movimentos sociais.

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca) tem organizado missões de direitos humanos em vários pontos do Brasil, apurando ações de devastação ambiental e uso indiscriminado de agrotóxicos, como também impactos da realocação de comunidades em Altamira, devido a construção da hidrelétrica de Belo Monte. A Dhesca constatou o acirramento da criminalização de movimentos sociais e do desrespeito aos direitos humanos em todo o país após a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Dessa forma, a coordenação da Dhesca pretende denunciar na Organização das Nações Unidas e na Organização dos Estados

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

Americanos (OEA) o processo de criminalização dos movimentos sociais em curso no Brasil (GOMES, 2019).

As duas principais agendas do novo governo, segundo Queiroz (2019), conflitam frontalmente com as pautas dos movimentos sociais, especialmente na questão tanto dos valores e costumes, como no aspecto fiscal. Isso aprofunda o ajuste que está ocorrendo, com o corte de despesas e direitos, em lugar da ampliação dos gastos com saúde, educação, assistência, direitos humanos, cultura e outros, como defendem os movimentos sociais.

Portanto, o ativismo dos movimentos sociais brasileiros frente às ameaças de perdas de direitos conquistados já no primeiro ano da gestão do governo Bolsonaro confirma algumas teses de teóricos sobre ações coletivas que buscam a via do embate e do confronto. Principalmente quando o protagonismo e a liberdade das instituições e das pessoas são cerceadas.

Como afirma Tarrow (2009), uma ação coletiva torna-se de confronto quando é feita por pessoas que não têm acesso regular às instituições, que agem na defesa de exigências novas ou que não foram atendidas até então, e

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

que se comportam de maneira que desafia os oponentes ou as autoridades. As pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e ao empregar estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto.

Percebe-se, no momento atual, que há poucas chances de negociação com as diversas esferas do governo Bolsonaro. Por isso esses movimentos e associações necessitam de estratégias de proteção e luta diante da negação de direitos.

Nesse sentido, Tarrow (2009) considera que os movimentos sociais devem usar o confronto para explorar as oportunidades políticas, criar identidades coletivas, reunir as pessoas para determinado fim e mobilizá-las contra oponentes mais poderosos. Por isso, muito da história do confronto entre movimentos sociais e o Estado pode ser considerada como um duelo de estratégia e contra estratégia entre os ativistas e os detentores do poder.

Em diálogo com Tarrow (2009), Zizek (2011) alerta para uma necessidade de resistir a uma tradução apressada

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

da energia que é gerada pelas manifestações para um conjunto de demandas pragmáticas concretas. Isso porque os protestos criam um vazio no campo da ideologia hegemônica e faz-se necessário algum tempo para preenchê-lo de maneira apropriada, já que trata-se de um vazio que carrega consigo um embrião, uma abertura para o verdadeiro novo.

Na mesma direção, Castells (2013) considera que a passagem fundamental dos projetos de implementação da mudança defendida por um movimento social depende da permeabilidade das instituições políticas às demandas do movimento e da disposição deste em se envolver num processo de negociação.

No entanto, como o desafio fundamental que vem desses movimentos está relacionado à negação da legitimidade da classe política, assim como à denúncia de sua subserviência às elites financeiras, no entendimento do autor, há pouco espaço para uma verdadeira aceitação desses valores pela maioria dos governos. Por isso a luta se faz mais necessária.

Dialogando com Castels (2013), Habermas (2018) entende que os novos conflitos surgem na conexão entre sistema e mundo da vida. Para o autor, há uma representação ideológica do inimigo, com a racionalidade da manutenção do status quo passando a ser identificada com a dos sistemas de ação econômicos e administrativos, ou seja, “quando a racionalização do mundo da vida não é cuidadosamente distinguida da crescente complexidade do sistema social” (HABERMAS, 2018, p. 181).

Dessa forma, uma confusa realidade explica as frentes disruptivas que escondem oposições políticas que se estabelecem entre “o antimodernismo dos jovens conservadores e a defesa neoconservadora de um pós-modernismo que rouba o conteúdo razoável e as possibilidades para o futuro de um modernismo alienado de si mesmo” (HABERMAS, 2018, p. 181).

Sobre possíveis novas manifestações de rua no governo Bolsonaro, Alonso (ALESSI, 2019) afirma que nem sempre mobilização significa mobilização de rua. Existem várias formas pelas quais se faz política. A mobilização de rua tem eficiência em momentos de crise

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

das instituições. Um governo fechado e forte tem instrumentos, nem sempre democráticos, para conter a rua. Nesse caso, grupos mais organizados são capazes de operar por outras vias, inclusive mais eficientes, seja pela mídia ou lobistas. Pode-se ter uma reação compartilhada, de ir para rua, ou reações setoriais, em que diferentes grupos usam caminhos mais eficientes para seus interesses.

Alonso (ALESSI, 2019) também prevê que o governo de Bolsonaro pode e deve sofrer protestos da esquerda, mas que deve sofrer do outro lado também, dos próprios eleitores, se não entregar as pautas morais que prometeu.

Para Queiroz (2019), a atuação dos movimentos sociais deverá ser realizada de acordo com a conjuntura, sem cair na armadilha de deslocar todas as suas forças para disputas no campo ou na arena dominados pelo governo. Deverá combinar ações de mobilização, usar as ruas e as redes sociais, buscar aliados na sociedade e no Parlamento, além de denunciar todo e qualquer retrocesso, inclusive as eventuais tentativas de criminalização dos movimentos sociais.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

Desse modo, segundo o autor, se confirmada a agenda governamental e mantido o estilo de enfrentamento do novo governo, os movimentos sociais precisam usar a via do protesto e das mobilizações, em um movimento simultaneamente de reação e de busca de apoio na sociedade, chamando a atenção das pessoas para eventual agressão às suas pautas e reivindicações históricas. A obstrução de canais formais de participação pode levar a uma possível onda de manifestações e enfrentamentos por meio de caravanas, mobilizações “e outros meios pacíficos já empregados em passado recente, que o governo não hesitará em tentar qualificar como terrorismo” (QUEIROZ, 2019, p. 2).

Considerações finais

A gestão do governo de Jair Bolsonaro acena para a limitação e mesmo recrudescimento das ações dos movimentos sociais. As medidas tomadas no primeiro ano de governo sinalizam para esta realidade. O que não é nenhuma surpresa. No dia 7 de outubro de 2018, depois da divulgação do resultado do primeiro turno das eleições, Bolsonaro declarou que ia “botar um ponto final em todos

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

os ativismos no Brasil”, fala que foi repudiada por cerca de três mil coletivos e movimentos sociais nacionais e internacionais (CONNECTAS, 2019).

Portanto, os movimentos sociais precisam criar novas estratégias para continuar na luta no governo Bolsonaro. O que vai de encontro à teoria de Tilly e Tarrow (2008), quando afirmam que as duas variáveis de regime que mais importam na política do conflito são a capacidade do Estado e o seu grau de democracia. A capacidade é o que mede o impacto da ação do Estado sobre a população de seu território, sua distribuição, sua atividade, seus recursos. A democracia é o que mede se as pessoas, sob a autoridade de um determinado Estado, gozam de direitos políticos amplos e iguais, e exercem uma influência direta sobre a política e as decisões públicas (por meio, entre outros mecanismos, de eleições abertas ou referendos) e possuem os meios para se proteger da arbitrariedade dos agentes do Estado, como policiais, juízes e funcionários públicos.

Ideia complementada por Alonso (2009), quando considera que, no caso das mobilizações, quando se fizerem necessárias, envolvem tanto a ação estratégica, crucial para

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas.

Portanto, o cenário que se apresenta aos movimentos sociais no governo de extrema direita do presidente Jair Bolsonaro é de repressão, que exige dos ativistas e dos movimentos sociais novo ânimo para o embate, que pode representar a continuidade desses movimentos ou não. A luta é único caminho que se apresenta.

Referências

ACOSTA, Ana Maria. *O protesto indígena popular que parou o Equador*. 2019. Disponível em:<
https://apublica.org/2019/10/o-protesto-indigena-popular-que-parou-o-equador/?mc_cid=55e85a0ea2&mc_eid=f6cd98aaa9>.
Acesso em: 21 nov. 2019.

ALESSI, Gil. *Ângela Alonso*: “O Brasil é um país muito conservador, que não muda fácil, nem rápido e nem sem reação”. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/01/politica/1549050356_520619.html?fbclid=IwAR2EdT0TryRnsRHlR3tr9scRxZuZ4yvclmgiwLpziQwI4hyTEIdZbhmYSTE>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ALONSO, Ângela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. In: Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf> >. Acesso em: 20 de ago. 2019.

AMORIM, Felipe. *MPF diz que monitoramento de ONGS instituído por governo e inconstitucional*, 2019. Notícias Uol. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/30/mpf-diz-que-monitoramento-de-ongs-instituido-por-governo-e-inconstitucional.htm> >. Acesso em: 02 fev. 2019.

ASHOKA BRASIL. *Nota de repúdio*, 2018. Disponível em: < <https://www.ashoka.org/pt-br/story/nota-de-rep%C3%BAdio#> >. Acesso em: 03 fev. 2019.

BORGES, Lázaro Thor. *Com Bolsonaro, a vida na única reserva extrativista do mato Grosso está mais difícil*. 2019. Disponível em:< <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/10/04/com-bolsonaro-a-vida-na-unica-reserva-extrativista-do-mato-grosso-esta-mais-dificil/>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

BRASIL 247. “*Sangue indígena: nenhuma gota a mais*”: povos indígenas protestam contra ameaças, 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/382_368/'Sangue-Ind%C3%ADgena-Nenhuma-Gota-a-Mais'-povos-ind%C3%ADgenas-prot-estam-contra-amea%C3%A7as.htm>. Acesso em: 03 fev. 2019.

BRINGEL, Breno. *Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013*. 2013. Disponível em: <<http://insightinteligencia.ig.com.br/?p=377>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BUZATTO, Cleber César. *O anticonstitucionalismo contra os povos indígenas*. Le Monde Diplomatique Brasil, 2019. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-governo-bolsonaro-e-o-anti-constitucionalismo-contra-os-povos-indigenas/>>. Acesso em: 02 fev 2019.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CLIMAINFO. *Funai volta para o Ministério da Justiça*. 2019. Disponível em: <<http://climainfo.org.br/2019/05/24/funai-volta-para-o-ministerio-da-justica/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

CONNECTAS. *Cerca de três mil entidades repudiam Bolsonaro por falar sobre fim do ativismo no Brasil*. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/cerca->

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

[de-3-mil-entidades-repudiam-bolsonaro-por-fala-sobre-fim-do-ativismo-no-brasil](#) >. Acesso em: 03 fev. 2019.

_____. Congresso aprova projeto de lei antiterrorismo. Da redação, 2016. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/41561-congresso-aprova-projeto-de-lei-antiterrorismo>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

COVEM, Eliani de Fátima Queiroz. *Frente de Luta pelo Transporte e as manifestações de rua em Goiânia*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás.

DECOUFLÉ, André. *Sociologia das revoluções*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

FERNANDES, Edson; ROSENO, Ricardo de Freitas. *Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua*. São Paulo: Prata, 2013.

GOMES, Rodrigo. *Criminalização dos movimentos sociais vai ser denunciada na ONU e na OEA*, 2019. Disponível em:< <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/10/criminalizacao-de-movimentos-sociais/>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* v. 6: Literatura. Folclore. Gramática. Trad.: Carlos Nelson Coutinho & Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
148

FUHRMANN, Leonardo; BASSI, Bruno Stankevicius. *Resistência a medidas do governo Bolsonaro começa com “repúdios” e representações ao MPF, 2019*. De Olho nos ruralistas – Observatório do agronegócio no Brasil. Disponível em:<
<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/01/08/resistencia-a-medidas-do-governo-bolsonaro-comeca-com-repudios-e-representacoes-ao-mpf/>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

HABERMAS, Jürgen. *Os novos movimentos sociais*. Movimentos Sociais, vol. 3 n. 5, jul/dez 2018, 167-182. Disponível em:<
<http://redelp.net/revistas/index.php/rms>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

HIRSCH, Joachim. “Alternativbewegung – eine politische Alternative”. In: ROTH, Roland. (Org.). *Parlamentarisches Ritual und politische Alternativen*. Frankfurt: 1980.

INSURREIÇÃO. In: Dicionário Online de Português, 2015. Disponível em: <
<http://www.dicio.com.br/insurreicao/> .> Acesso em: 22 fev. 2019.

LELLIS, Leonardo. *Todas as medidas tomadas pelo governo Bolsonaro até agora, 2019*. Disponível em: <
<https://veja.abril.com.br/politica/todas-as-medidas->
Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
149

[tomadas-pelo-governo-bolsonaro-ate-agora/](#) >. Acesso em: 02 fev, 2019.

LÖWY, Michael. *Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil*. Serviço Social, São Paulo, n.124, p652-664, out/dez.2015.

MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Ester (Org.) *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, 2018.

PLANELLES, Manuel. *Milhares de pessoas adotam em Madri o gripo de Greta Thunberg diante da crise climática*. 2019. Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/06/internacional/1575656551_961484.html>. Acesso em: 07 dez. 2019.

PINA, Rute. *Primeiro ato do MTST sob governo Bolsonaro leva 10 mil pessoas às ruas*, 2019. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/29/primeiro-ato-do-mtst-sob-governo-bolsonaro-leva-10-mil-as-ruas-de-sao-paulo/>>. Acesso em 03 fev. 2019.

QUEIROZ, Antonio Augusto de. *Os movimentos sociais e o governo Bolsonaro*. 2019. Disponível em:<<https://jornalggn.com.br/movimentos-sociais/os-movimentos-sociais-e-o-governo-bolsonaro/>>. Acesso em 22 out, 2019.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
150

RASCHKE, Joachim. *Politik und Werwandel in den westlichen Demokratien*. Suplemento ao jornal semanal Das Parliament, September, 1980.

REDAÇÃO G1. *Índio e madeireiro morrem em emboscada em terra indígena no Maranhão*. 2019. Disponível em:< <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/11/02/emboscada-em-terra-indigena-resulta-na-morte-de-duas-pessoas-no-ma.ghtml>>. Acesso em: 22 out. 2019.

RIBEIRO, Guilherme. *A realização da política no Brasil urbano do século XXI: notas-testemunho*. Revista Continentes (UFRRJ), ano 2, n.3, 2013.

SANCHES, Mariana. *O que une crises na Bolívia e no Chile, modelos da esquerda e da direita na América Latina*. 2019. Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50386894>>. Acesso em 20 nov. 2019.

SILVEIRA, Henrique Martins da. *Protestos no chile: o que está acontecendo?* 2019. Disponível em:< <https://www.politize.com.br/protestos-no-chile/>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009a.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Politique(s) du conflit: de la grève à la révolution*. Traduit de l'anglais (États-Unis) par Rachel Bouyssou. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009.

ZIZEK, Slavoj. *A tinta vermelha*: discurso de Slavoj Žižek aos manifestantes do movimento Occupy Wall Street, 2011. Disponível em: <<http://umaincertaantropologia.org/2013/02/27/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street-boitempo/>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

Resumo: Os movimentos sociais no Brasil, depois de diversas conquistas importantes na última década, prenunciam um recrudescimento no atual governo do presidente de extrema direita Jair Bolsonaro. Várias medidas restritivas ao ativismo dos movimentos sociais brasileiros foram tomadas neste primeiro ano da gestão do novo governo, que também abrem caminho para ataques contra diversos segmentos, como dos sem teto, das reservas extrativistas e de povos indígenas. No entanto, lideranças dos movimentos sociais estão em um embate contra o governo federal, na tentativa de enfrentar as restrições impostas, de manter a luta pela permanência de direitos conquistados e na busca de avanço de novas políticas sociais.

Palavras-chave: movimentos sociais, perda de direitos, embate, repressão, governo Jair Bolsonaro.

Abstract: Social movements in Brazil, after several important achievements over the past decade, foreshadow a resurgence in the current administration of right-wing President Jair Bolsonaro. Several restrictive measures to activism of the Brazilian social movements were taken in this first year of the administration of the new government, which also open the way for attacks against various segments, such as the homeless, extractive reserves and indigenous peoples. However, leaders of the social movements are in a clash with the federal government, in an attempt to face the imposed restrictions, to maintain

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

152

the struggle for the permanence of conquered rights and to seek the advance of new social policies.

Keywords: social movements, loss of rights, clash, repression, Jair Bolsonaro government.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

153